

# Políticas Públicas e uso de Agrotóxicos no Brasil

*Regina Helena Rosa Sambuichi*

*Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea*

Brasília, setembro de 2021

# A questão dos Agrotóxicos

## Conceito de agrotóxicos - Lei nº 7.802/1989

“Art. 2º Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - agrotóxicos e afins:

- a) **os produtos e os agentes de processos físicos, químicos ou biológicos**, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas, e de outros ecossistemas e também de ambientes urbanos, hídricos e industriais, **cuja finalidade seja alterar a composição da flora ou da fauna, a fim de preservá-las da ação danosa de seres vivos considerados nocivos**;
- b) substâncias e produtos, empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores de crescimento;”

## Necessidade de políticas públicas para compensar as externalidades negativas

Externalidades negativas: quando existem custos ou prejuízos para terceiros que não são os agentes diretamente envolvidos transação

No caso dos agrotóxicos – prejuízos à saúde e ao meio ambiente que afetam à população como um todo

## Políticas conflitantes e “incentivos perversos”

- Renúncia fiscal para agrotóxicos
  - Custos elevados para os cofres públicos:  
Segundo relatório de auditoria do TCU (2017) “a renúncia tributária estimada/projetada para o período (2011-2016) totalizou aproximadamente 6,85 bilhões de reais, sendo crescente a cada ano
  - Não diferencia produtos por grau de toxicidade
- Dificuldades para o registro de novos produtos
  - De um lado, é necessário o rigor nas exigências legais para o registro de produtos para minimizar os riscos e perigos ao meio ambiente e à saúde do consumidor e dos trabalhadores rurais;
  - Por outro lado, o marco regulatório mais rigoroso favorece as grandes empresas transnacionais, cuja capacidade de investimento em P&D permite atender com mais facilidade as exigências dos órgãos de registro e fiscalização, o que contribui a uma maior concentração do mercado.
- Sistema que favorece os “pacotes tecnológicos” de alto impacto ambiental e a concentração do mercado em grandes empresas multinacionais
  - elevados investimentos em P&D para novas substâncias e produtos;
  - alto custo com rede de distribuição;
  - custo com propaganda e marketing;
  - custos de assistência técnica; e
  - grande poder de financiamento ao produtor rural por parte das empresas líderes.

# Linha histórica: Políticas Públicas para Redução do Uso de Agrotóxicos

**Lei nº 7.802/1989**  
(Lei dos Agrotóxicos)

Marco regulatório sobre os agrotóxicos



**1989**

**Decreto nº 4.074/2002**

Regulamenta a Lei dos Agrotóxicos

**2002**

**Lei nº 10.831/2003**

Lei da Produção Orgânica



**2003**

**INC nº 32/2005 e  
INC nº 1, 2 e 3 /2006**

Regulamentação dos bioquímicos, semioquímicos, agentes biológicos e microbiológicos

**2005-2006**

**Decreto nº 6.323/2007**

Regulamenta a lei dos orgânicos

**2007**

**Decreto nº 6.913/2009**

Definição de Produtos fitossanitários

**2009**

**INC SDA/SDC/ nº1 / 2011**

Registro de produtos fitossanitários para agricultura orgânica

**2011**

Diante da falta de consenso no Governo Federal para lançamento do PRONARA foi encaminhado o projeto de lei PL 6670/2016 para a PNARA

**2016**

**PLANAPO II**



**2016-2019**

Proposta final do PRONARA em GT da CIAPO + fechamento com Secretários-Executivos e Ministérios

**2015**

Elaboração de proposta do PRONARA - GT CNAPO

**2014**

**PLANAPO I**



**2013-2015**

**Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**

Decreto nº 7.794/2012

**2012**

**Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA)**

PL aprovado pela comissão especial da Câmara. Falta aprovação no plenário



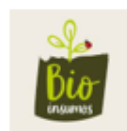
**2018**

Criado no MAPA o GTT Bioinsumos para elaborar um programa de fomento a insumos para a agricultura orgânica

**2019**

**Programa Nacional de Bioinsumos**

Decreto nº 10.375/2020



**2020**

**Número de registros de produtos de baixa toxicidade (2005-2018)**



## Número de Agrotóxicos Registrados (2005 – 2018)



Fonte: MAPA/SDA/DSV/CGAA, 2019

## Desafios e possibilidades

Necessidade de avançar em uma agenda positiva

Busca de consensos e de uma agenda “ganha-ganha”

Conscientizar que a sustentabilidade é o melhor (ou o único) caminho para permitir o desenvolvimento do setor agropecuário como um todo, incluindo o agronegócio grande escala para exportação assim como a agricultura de pequena e média escala para atender ao mercado interno

Visão estratégica – é preciso vontade e ação política para favorecer as tecnologias mais adequadas e direcionar o desenvolvimento no sentido da sustentabilidade

- Redução dos “incentivos perversos”
- Investimento no fomento aos Bioinsumos
- Investimento em ATER e em políticas públicas de apoio à agricultura familiar

# Agradecemos a atenção

*Regina Helena Rosa Sambuichi*

*regina.sambuichi@ipea.gov.br*